

## UMA PROPOSTA PARA O ESTUDO DA PERCEPÇÃO: EM TORNO DA SEMIÓTICA COGNITIVA

Fernando Moreno da SILVA\*

- RESUMO: Em cinco décadas de projeto científico, a semiótica francesa trilha o caminho vaticinado por Hjelmslev (1975, p.132-133), inscrito nas últimas palavras de *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*: a passagem da imanência à transcendência, ambas governadas pela imanência. Dentro de sua pequena história, são três “abordagens” na elaboração de suas metodologias: inteligível, sensível e cognitivo. Na inteligível, impera o formalismo do percurso gerativo do sentido; na sensível, a incorporação de um corpo que sente; na cognitiva, por fim, há a necessidade de passar de um corpo-carne para um corpo cognitivo, introduzindo a atividade cognitiva do sujeito na apreensão do sentido. Com base no instrumental teórico da semiótica francesa e tomando a nomenclatura “semiótica cognitiva”, usada por alguns autores, como Klinkenberg (2000, 2001, 2010), a proposta deste artigo é tentar responder ao problema da percepção, dando continuidade às discussões da semiótica sensível para entender como o sentido se constrói pelo viés da abordagem cognitiva. Assim, integrando as abordagens inteligível, sensível e cognitiva, propõe-se o “esquema da semiose da percepção” para entender o processo de construção do sentido.
- PALAVRAS-CHAVE: Semiótica sensível. Semiótica cognitiva. Percepção.

### As abordagens da semiótica

Observando o percurso científico de Greimas, percurso esse que se confunde com a própria história da semiótica francesa, poderíamos estabelecer duas fases em sua trajetória acadêmica: uma etapa matoreana, menor; outra hjelmsleviana, a maior.

Num primeiro momento, inspirado na lexicologia social de Georges Matoré (1953), cujo projeto era desenvolver uma lexicologia ligada à sociedade e à história, Greimas (2000) mostrou nas teses (principal e secundária) de doutorado, defendidas em 1948 na Faculdade de Letras da Universidade de Paris, que para tratar do vocabulário era fundamental colocar em relação os fenômenos lexicais e os dados sociológicos. A proposta de Greimas, analisando o vocabulário da moda na época romântica, era descrever a história das sociedades pelo viés do vocabulário. Reivindicava, portanto, uma perspectiva sociológica. Como observa

---

\* UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Centro de Letras, Comunicação e Artes. Jacarezinho – PR – Brasil. 86400/000 – moreno@uenp.edu.br

Broden (2000, p.XXXII, tradução nossa), “[...] o leitor mais familiar dos trabalhos ulteriores de Greimas se espantará com o interesse real ligado à história das línguas e das culturas, que animava já há dez anos suas pesquisas, e que confirmam outros textos que ele publicou na mesma época.”

A partir de 1956, quando publica o artigo “*L’actualité du saussurisme*” (GREIMAS, 1956), embora defenda ainda uma linguística estrutural e histórica ao mesmo tempo, podemos dizer que o texto, com um “Saussure hjelmslevizado”, é um marco para uma etapa maior nas suas investigações inspiradas em Hjelmslev. Logo em seguida, no início da década de 1960, com o artigo “*Analyse du contenu: comment définir les indéfinis?*” (GREIMAS, 1963), o autor se distancia do historicismo que marcou seus primeiros trabalhos e avança rumo ao imanentismo e à elaboração de seu projeto maior: a semiótica.

Nessa etapa maior, inspirada em Hjelmslev<sup>1</sup>, dentro de sua pequena história – são cinco décadas de projeto científico –, é espantoso observar o quanto, mesmo depois da morte de seu fundador em 1992, a semiótica trilha o caminho vaticinado por Hjelmslev (1975), inscrito nas últimas palavras de *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*: a passagem da imanência à transcendência, ambas governadas pela imanência. Ainda que fique implícita no texto a necessidade de redefinir o conceito de “imanência”, a semiótica nasceu, assentada no estruturalismo, nos pilares da imanência e seguiu o alto-mar da transcendência sem se perder em especulações, mantendo-se norteada pela imanência. Nessas grandes navegações, como retrata Ouellet (1997, p.9, tradução nossa), há três atos – ação, paixão, cognição, respectivamente, estados de coisas, estados da alma, estados do corpo (ou sentido encarnado) – que revelam o pensamento semiótico nas suas décadas de existência, sendo que esses três tempos – pragmático, tímico, cognitivo – são ancorados pela enunciação, “[...] que dá ao ativo, ao passivo, ao cognitivo, não só seu sentido mas uma direção a tomar no mundo dos valores em que circulam os discursos [...]”.

Chamaremos aqui esses três tempos de três “abordagens” (é preciso aspas, porque qualquer tentativa de marcar etapas é um mero instrumento metodológico, uma redução grosseira, uma vez que na construção do conhecimento, na semiótica, tudo ocorre de forma contínua, acumulando descobertas sem nunca descartar as experiências passadas) na elaboração de suas metodologias: inteligível, sensível e cognitivo.

Embora coloquemos como fases distintas, é preciso ressaltar que tais abordagens não são rigorosamente exclusivas e sucessivas, pois “[...] o conhecimento pode ser objetivo e subjetivo ao mesmo tempo [...]” (LÉVI-STRAUSS,

---

<sup>1</sup> De maneira descontraída, poderíamos colocar, de forma cronológica e em termos familiares, os seguintes patriarcas da semiótica francesa: o “bisavô” Saussure, o “avô” Hjelmslev e o “pai” Greimas.

1997, p.54). Ora, basta observarmos nas análises recentes, em que uma visão estrutural ou inteligível se entrelaça com os aspectos sensíveis do discurso. Parafrazeando Fernando Pessoa (1999), pensar com sensibilidade e sentir com pensamento.<sup>2</sup> Além disso, como veremos à frente, a perspectiva cognitiva já estava presente desde os estudos da estrutura semiótica elementar. Portanto – a ressalva é válida mais uma vez –, elencar três fases é um recurso metodológico e não um fato real de ordem sucessiva.

## **Abordagem inteligível**

Numa fase em que o corpo e o sensível são terminantemente banidos da teoria, a semiótica é caracterizada, na descrição do sentido, pela abordagem exclusivamente formal, presa ao sistema da língua e do texto. Na fase inteligível, a semiótica está fortemente ligada ao estruturalismo linguístico. É a fase ortodoxa em que Greimas construiu seu “projeto científico” fundamentado nos ensinamentos de Saussure e de Hjelmslev, fase esta sacramentada pela famosa sentença “fora do texto, nenhuma salvação” (GREIMAS, 1974, p.25).

Em seu discurso fundador, *Semântica estrutural*, Greimas estabelece que a teoria deveria ignorar o plano da expressão dos textos para se debruçar apenas sobre o plano do conteúdo. Para essa empreitada, a semiótica lança o percurso gerativo do sentido, instrumental principal com o qual os semioticistas trabalham nas investigações do sentido.

A partir do momento em que a semiótica percebe que não conseguiria dar conta plenamente do sentido apenas de maneira formal, esboça-se um novo horizonte: a dimensão patêmica.

## **Abordagem sensível**

O estudo do sensível permitiu que o corpo, responsável pela mediação entre o externo (exteroceptivo) e o interno (interoceptivo), interviesse na descrição do sentido. Assim, semiótica das paixões e semiótica tensiva deram nova “cara” ao projeto semiótico. Mas o sensível também está ligado ao novo interesse da semiótica: o plano da expressão.

Como diz Courtés (1995), o significante (PE) é o que nossos olhos veem; o significado (PC), o que nosso espírito compreende. Poderíamos dizer, então, que o PE está ligado à sensação; PC à percepção. Por isso, quando a semiótica

---

<sup>2</sup> “Aquilo que, creio, produz em mim o sentimento profundo, em que vivo, de incongruência com os outros, é que a maioria pensa com a sensibilidade, e eu sinto com o pensamento.” (PESSOA, 1999, p.85).

começa a se preocupar com o PE, entra no campo do sensível. Destacam-se nessa abordagem a semiótica plástica e os níveis de pertinência do PE, além das tentativas de análise do PE dos textos verbais, como nas poesias (FIORIN, 2003; LOPES; ALMEIDA, 2011; PIETROFORTE, 2011), pois tanto o texto quanto a imagem são da ordem do visível.

Quanto ao proprioceptivo, não há como não fazer referência à estesia. “A obra de Greimas revela uma busca contínua e preocupações persistentes, mesmo se ela conhece mudanças significativas na direção.” (BRODEN, 2000, p.XXXV, tradução nossa). É curioso notar que a essência da obra *De l'imperfection* (GREIMAS, 2002) já estava presente na tese que Greimas defendeu em 1948, mais especificamente no capítulo “*Les caractères extérieurs de l'état d'âme romantique*” da tese secundária:

O romântico – e falamos aqui do tipo social e não do poeta ou do pintor romântico, embora as duas espécies coincidam às vezes – não se contenta em ser depositário dos segredos que a natureza lhe revelou: para ele, é preciso que a vida em torno dele tenha sinal desse mistério poético ou mesmo dramático que ele sente nele e que plana sobre o Cosmo. (GREIMAS, 2000, p.274, tradução nossa, grifo do autor).

Descrevendo um espaço cultural importante da década de 1830, Greimas também investiga o espírito humano. A preocupação dele contida na tese secundária, ao descrever a alma romântica que busca distrair o tédio, repete-se no final de sua vida, no último livro escrito por ele apenas, convertendo os momentos privilegiados da *estesia* em poetização da vida cotidiana. Como aponta Ramalho e Oliveira (2009), Greimas se afasta do conceito de **Estética** vinculado ao **belo** e se aproxima da **Estética** como **estesia** (percepção por meio dos sentidos, do mundo exterior), uma experiência do prazer, das percepções dos sentidos, da sensualidade e da sensibilidade.

A semiótica sensível, incluindo os estudos da paixão, da estesia, da tensividade, surgiu por uma necessidade, porque a semiótica “dura”, arraigada no estruturalismo, não conseguia dar conta da apreensão ampla do sentido. Como dizia Greimas (2002, p.70), “cognitivamente inapreensível”, ao se referir ao acidente estésico.

A abordagem proprioceptiva incluiu o sensível ao lado do inteligível. Não é nenhuma novidade hoje em semiótica a importância do corpo na apreensão do sentido. Mas o problema é que tal abordagem ainda é insuficiente, afinal, aborda o sensível de forma periférica (mais ligado às sensações), quando na verdade para compreender plenamente a construção desse sentido dependemos do domínio cognitivo, que produz a síntese perceptiva (reunião da totalidade de

informações provenientes dos receptores periféricos com a memória, a atenção, as representações mentais, etc.). Daí a necessidade de avançarmos em direção ao sistema central, numa abordagem também cognitiva.

## **Abordagem cognitiva**

Não é nenhum absurdo dizer hoje, no campo da semiótica, que o sentido nasce da interface entre língua, sociedade, história, cultura. Todas as instâncias estão inter-relacionadas. Entretanto, como se realiza essa junção? Como essas instâncias podem ser reunidas para formar uma síntese? Segundo Fontanille (2011), o corpo foi excluído da teoria semiótica pelo formalismo e, sobretudo, pelo logicismo que prevalecia na linguística estrutural dos anos 60. Como ele próprio diz, o corpo foi ocultado, mas não excluído, pois representou uma função discriminante. Tomando como exemplo o percurso gerativo do sentido, Fontanille (2011) diz que a passagem de um nível ao outro sempre foi colocada como de natureza lógica, sem um operador explícito. O percurso parece percorrer os níveis e se converter sozinho. Mas se essas conversões são consideradas como fenômenos e não como operações lógicas formais, elas implicam um sujeito que percebe os conteúdos significantes e que calcula e projeta os valores nele. O mesmo raciocínio ocorre em relação à função semiótica fundamental: tanto na relação lógica quanto na relação de pressuposição recíproca entre PE e PC implica uma intervenção ao menos implícita de um operador. Tudo isso leva Fontanille (2011) a propor uma “semiótica da impressão” (no original, “*sémiotique de l’empreinte*”).

Se na construção do sentido há intervenção de um operador, intervenção que implica um sujeito que percebe, conforme afirma Fontanille (2011), então não é o corpo (órgãos dos sentidos, ou sistema periférico) que sintetiza a percepção, e sim a atividade cognitiva do sujeito (sistema central), porque o corpo é apenas a porta de entrada daquilo que será tratado pela mente. Com isso, a semiótica sensível acaba tratando o sujeito metonimicamente, o corpo apenas no nível dos receptores. A semiótica diz que há percepção, que há intervenção de um sujeito na construção do sentido, mas não o trata plenamente.

Beyaert-Geslin (2004), analisando as pinturas de Henri Matisse, considera que aos observadores são necessárias duas competências: uma competência sensível, do “corpo-carne” que sente a percepção polissensorial e solicita afetos que escapam à descrição narrativa, e uma competência cognitiva, do “corpo cognitivo” que reconstitui a cena narrativa: “[...] a questão das relações intersensoriais ultrapassa sem dúvida largamente o quadro de nosso estudo e se aproxima das interrogações da fenomenologia ou das ciências cognitivas.” (BEYAERT-GESLIN, 2004, p.220, tradução nossa).

Assim, considerando a dupla competência necessária aos destinatários de um texto, sensível e cognitiva, devemos defender uma “cognição corporalizada” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2001, p.195), ou seja, uma percepção dependente da corporalidade. Sentir é tão importante quanto pensar: *sentio ergo sum* (sinto, logo existo).

É esse “corpo cognitivo” que desafia a semiótica a entrar numa nova fase: a fase cognitiva, esse “lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação” (GREIMAS, 1973, p. 15). Em verdade, a fase que nomeamos “cognitiva” nada mais é do que um prolongamento da semiótica sensível. Ela se enquadra naquilo que alguns autores (GUIGNARD, 2012; KLINKENBERG, 2000, 2001, 2010; OUELLET, 1994; PETITOT, 1997) têm denominado explicitamente “semiótica cognitiva”<sup>3</sup>. Ora, a semiótica se caracteriza, basicamente, pela descrição do sentido. Se o sentido é a “cruz dos linguistas”, tomando expressão de Lecourt (1995, p.22), que se referia à dificuldade de tratar o sentido, para a semiótica ele é seu objeto, a razão de sua existência. E tem percorrido essa meta construindo cientificamente modelos que buscam fundamentar a análise. Mas há outros parâmetros, além dos científicos, para a análise “realmente ‘convicente’”, cabendo ao destinatário a palavra final (COURTÉS, 1995, p.262, tradução nossa).

A cientificidade da análise fica ainda mais frágil no campo da arte, “não acessível aos métodos de análise científica” (EDELMAAN, 1995, p.254). Como afirma Greimas (2002, p.70), “[...] cognitivamente inapreensível, esta fratura na vida é, depois, susceptível de todas as interpretações.”, pois “[...] os valores estéticos, ascendentes, afirmam-se como um excedente de sentido.” (GREIMAS, 2002, p.80). Intitulando a primeira parte (conjunto de análises de poemas e fragmentos narrativos) de *De l'imperfection*, o termo “fratura” significa um acidente estético, constitui uma ruptura de isotopia, um “relâmpago passageiro na cotidianidade” (GREIMAS, 2002, p.26), um momento em que, fugindo à lógica do intelectualismo, propõe-se o inesperado da imperfeição: a estesia.

Isso nos confirma que a análise não é uma formatação acabada, única, pois o sentido é, acima de tudo, uma questão de ponto de vista, também chamado de “ponto de vantagem” pela linguística cognitiva (FERRARI, 2011, p.67). “O sentido, em si mesmo, é informe, isto é, não está submetido, em si mesmo, a uma formação, mas é suscetível de uma formação qualquer.” (HJELMSLEV, 1975, p.70). Um mesmo objeto pode ter duas funções, prática e estética (FONTANILLE; ZINNA, 2005), porque não se trata de uma determinação de pertencimento do elemento a uma classe por sua natureza, trata-se antes de um julgamento. “De uma ponta à

---

<sup>3</sup> Neste texto, abordamos a semiótica cognitiva à luz da semiótica francesa. Mas há também um grande aprofundamento da cognição na semiótica peirceana. Para mais detalhes sobre essa abordagem, consulte: Santaella (1993, 2012), Laboratório de percepção (Disponível em: <<http://www.laboratoriodepercepcao.com.br/links.html>>) e o Grupo de Estudo em Semiótica Cognitiva e Filosofia da Arte, vinculado ao CIEP – Centro Internacional de Estudos Peirceanos – PUC-SP (Disponível em: <<http://www.filomente.com.br/index2.html>>).

outra do planeta, as significações mudam, por vezes, a ponto de serem contrárias. E é por isso que a diplomacia sempre foi uma arte de interpretação muito sutil.” (CYRULNIK, 1995, p.122).

Fiorin (2000) ilustra a questão do ponto de vista com o “Apólogo dos dois escudos”. Dois cavaleiros, que vinham de partes opostas, encontraram-se numa encruzilhada onde estava uma estátua que segurava um escudo. Enquanto um afirmava ser o escudo de prata, o outro insistia ser de ouro. Diante da contenda, o dervis esclarece que ambos têm razão e, ao mesmo tempo, nenhum a tem, pois, se cada um dos cavaleiros tivesse passado do lado oposto, veriam os dois lados distintos. Como metaforiza o apólogo, numa questão há inúmeras faces; assim, o sentido é uma questão de ponto de vista. É claro que isso não nos autoriza a extrair delírios interpretativos de um texto, pois “[...] dizer que um texto pode permitir várias leituras não implica, de modo algum, admitir que qualquer interpretação seja correta nem que o leitor possa dar ao texto o sentido que lhe aprouver.” (FIORIN; SAVIOLI, 1995, p.104). Apesar das várias possibilidades de leitura, o texto impõe limites.

A questão do ponto de vista implica um ponto-chave que fundamenta a semiótica cognitiva: toda descrição supõe um sujeito observador. Em outros termos, a semiótica cognitiva se ocupa da percepção, que constitui uma espécie de “metassentido” ao explicar a formação do sentido.

Vimos que a fenômeno da percepção já estava presente na semiótica sensível. Ora, se a percepção, trabalhada já nos estudos estésicos, é objeto da semiótica cognitiva, não estaríamos complicando as coisas ao propor uma nomenclatura alternativa àquilo de que a semiótica sensível se ocupa? Não! Porque a semiótica sensível se atenta mais à sensação – embora considere implicitamente, é óbvio, a atividade cognitiva do sujeito. Como veremos mais à frente, a estrutura semiótica elementar reflete nossa atividade cognitiva, já a semiótica cognitiva engloba sensação e percepção. Aqui é necessário um parêntese para distinguir os termos.

Embora muitas vezes tomados como sinônimos, os termos “sensação” e “percepção” apresentam especificidades. Ainda que inverta os conceitos ao dar à sensação um caráter mais subjetivo, interoceptivo, e à percepção, mais objetivo, exteroceptivo, ligado aos órgãos receptores, Courtés (2005) diz acertadamente que o sensível abarca duas ordens: sensação e percepção. Assim, ainda que a semiótica tenha, desde as paixões, tratado do sensível, a abordagem tem se restringido acentuadamente à ordem da sensação, ficando a percepção apenas pressuposta. Sempre citada, seu estudo não é nunca aprofundado, de modo a se reconstruir o sentido apreendido pelos sentidos (ou pelos órgãos receptores). Em linhas gerais, a sensação se refere aos cinco sentidos (tato, visão, audição, paladar e olfato), enquanto a percepção é a síntese promovida pela atividade mental.

A sensação “[...] refere-se ao processo inicial de detecção e codificação da energia ambiental [...], tais como ‘duro’, ‘quente’, ‘ruidoso’ e ‘vermelho’, geralmente produzidos por estímulos simples, fisicamente isolados.” (SCHIFFMAN, 2005, p.2). Já a percepção “[...] envolve organização, interpretação e atribuição de sentido àquilo que os órgãos sensoriais processam inicialmente [...], é o resultado da organização e da integração de sensações que levam a uma consciência dos objetos e dos eventos ambientais.” (SCHIFFMAN, 2005, p.2).

É claro que aqui, mais uma vez, trata-se de um procedimento metodológico, pois é difícil fazer uma separação nítida entre sensação e percepção, visto que são processos unificados e inseparáveis. Como ressalta Schiffman (2005, p.2): “Quando pegamos um objeto familiar, como um livro ou um lápis, será que podemos sentir a pressão nos dedos e palmas, independentemente de como percebemos o objeto?”. A resposta é não. Portanto, a semiótica cognitiva se justifica como o estudo da percepção ao tratar, nos termos de Ganascia (1999, p.82), das “faculdades superiores do espírito”.

Mas, se a semiótica cognitiva e, conseqüentemente, a percepção, já estava implícita desde o percurso gerativo do sentido, portanto na fase “ortodoxa” e formal da semiótica, por que ficou de lado ou foi tratada inconvenientemente? Para Schiffman (2005, p.3), “[...] a percepção é o mais negligenciado de todos os problemas importantes da ciência, e isso pode acontecer porque ela é o problema mais difícil de todos eles.” Nas palavras de Beyaert-Geslin (2004, p.222, tradução nossa), “a tarefa é complexa mas estimula quem deseja acompanhar a arte de seu tempo”. Para entender essa complexidade, é preciso observar os desenvolvimentos das ciências cognitivas.

## **As ciências cognitivas**

Praticamente, virou uma moda o termo “ciências cognitivas” ou “ciência cognitiva”. Mas o que significa tudo isso? O termo “cognitivo” deriva de “cognição”, do latim *cognoscere* (conhecer, ou seja, relativo ao conhecimento). Com esse significado, o termo “cognitivo” supõe uma ciência que trata do estudo geral do conhecimento. No entanto, hoje o termo tem outra conotação, pois “nem todo o conhecimento é cognitivo!” (GANASCIA, 1999, p.82). Atualmente, as ciências chamadas cognitivas não abrangem todo o conjunto das áreas do saber, como geofísica, química, engenharia, etc. O acréscimo do adjetivo “cognitivo” representa algo a mais, denota “[...] as faculdades superiores do espírito que produzem e utilizam o saber, tal como a percepção, a ação, a compreensão ou a memorização.” (GANASCIA, 1999, p.82). Por isso, a ciência cognitiva também é chamada “ciência da mente”<sup>4</sup> (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2001, p.15).

---

<sup>4</sup> A definição de mente, segundo Edelman (2005, p.159), é: “A totalidade de todos os processos conscientes e inconscientes subjacentes originando-se no encéfalo e direcionando todo o comportamento.”



Ao termo cognitivo, portanto, está relacionada uma dupla acepção: uma antiga, em que “cognitivo” abarcaria o conjunto do conhecimento; e uma acepção mais frequentemente adotada, quando o termo fica restrito a abordagens particulares que agrupariam as ciências cognitivas como “disciplinas do espírito”.

Para o tratamento da cognição, as ciências cognitivas convocam várias disciplinas, fazendo com que essa investigação se torne uma tarefa interdisciplinar. Procedendo à união entre o físico e o psíquico, entre o material e o espiritual, entre mente e corpo, extraíndo leis da biologia e do psiquismo, as ciências cognitivas “se situam na encruzilhada das ciências naturais e das ciências humanas” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2001, p.36), agrupando três polos (GANASCIA, 1999): conhecimento psíquico (espírito), conhecimento fisiológico (corpo, matéria, cérebro, sistema nervoso) e conhecimentos plurais (agrupando e relacionando comunicação, linguagem, sociedade, economia), cada qual correspondendo, respectivamente e de maneira sucinta, ao psiquismo, ao cérebro e à sociedade.

Como observa Ganascia (1999), não são as disciplinas propriamente ditas que são “cognitivas”, mas antes as interações entre elas. As ciências cognitivas têm a ver com a reunião de família e com as trocas que possibilita.

Por conta de sua origem, cibernética e inteligência artificial, as ciências cognitivas tratavam a atividade cognitiva de forma equivocada, considerando-a de forma objetiva, como um processamento de informação, comparando o homem à máquina, mais especificamente ao computador. Entretanto, como afirmam Aamodt e Wang (2009), não há como comparar o cérebro a um computador, pois as máquinas são projetadas por engenheiros para operar como uma fábrica, em que as ações ocorrem de acordo com um plano geral, processamento de informações em sequência e em uma ordem lógica, enquanto o cérebro trabalha com diversos canais de informações em paralelo, “[...] como um concorrido restaurante chinês – sempre repleto e caótico, com pessoas correndo de um lado para o outro sem propósito aparente, mas, de algum modo, no final tudo acaba sendo feito.” (AAMODT; WANG, 2009, p. 40). Em vez da simples passagem do *input* a *output*, há um conjunto de determinações que governa a cognição: metabolismo, reagrupamento de neurônios, sinais elétricos e químicos, fluxo sanguíneo, taxa de oxigenização, experiência, memória, sentidos, entre outras.

Diante dessa complexidade, surge um questionamento: como estudar a cognição? Os cientistas trazem respostas diferentes conforme a sua especialidade: “[...] a molécula para o bioquímico, a célula para o fisiólogo, o lobo ou sulco para o neurofisiólogo, a percepção e a intenção para o psicólogo, o computador para o informático [...]” (GANASCIA, 1999, p.43). No caso da semiótica, como já inaugurado pelos estudos do sensível, o foco está na percepção. A percepção, na verdade, é o foco de inúmeras abordagens: racionalismo, empirismo, construtivismo, abordagem computacional, neurofisiologia, neurociência cognitiva, etc.

Para tratar a percepção, tópico sobre o qual recai todo o interesse da semiótica cognitiva para entender como se constrói o sentido, cumpre abordar algumas questões que com ela se relacionam: como se forma, nos termos de Edelman (1995), o espírito? Como adquirimos o conhecimento e a consciência? Enfim, como se constrói a percepção?

### **Percepção: inata ou adquirida?**

A pergunta acima envolve não só a percepção, mas também a aquisição da linguagem, a construção do conhecimento e a formação da consciência. Embora seja uma polêmica antiga, ainda é uma questão não resolvida. Para uns, o conhecimento é inato; para outros, é adquirido.

As abordagens racionalistas defendem o inatismo. Para a gramática gerativa, que inclui a linguística na biologia, “[...] considerar a linguagem uma faculdade humana e não um fenômeno social significa focalizá-la como um fenômeno psicológico/biológico.” (ROSA, 2010, p.54). O indivíduo já nasceria com a faculdade da linguagem, com um conhecimento em nível mínimo (estágio inicial chamado gramática universal), uma “[...] base inata que tornará possível o desenvolvimento de qualquer língua [...]. Em termos cognitivos, é possível compreender inato como ‘o que não é apreendido’ ou, melhor, ‘que se demonstra que não pode ser aprendido’ [...]” (ROSA, 2010, p.54-55).

Opondo-se ao inatismo, estão as escolas que apreçoam a aquisição do conhecimento. O empirismo, por exemplo, é um movimento filosófico nascido no século XVII que acredita nas experiências como formadoras das ideias, sendo o conteúdo da mente o somatório das experiências sensoriais. Dehaene (2012) contesta a ideia do relativismo cultural, que diz que o cérebro seria um órgão tão flexível que não restringiria em nada a amplitude das atividades humanas. Com essa ideia, “[...] o cérebro humano seria comparado a uma ardósia virgem, onde se imprimiriam, através do filtro dos cinco sentidos, os dados do ambiente natural, mas também cultural.” (DEHAENE, 2012, p.19). Para o autor, nosso cérebro não absorve cegamente tudo que lhe é apresentado, não é uma **tabula rasa** onde se acumulam construções culturais: é um órgão fortemente estruturado que faz o novo com o velho.

Para a maior parte das disciplinas já foi provado que nenhum dos polos tem a primazia, uma vez que os dois trabalham juntos na constituição do saber. Rosa (2010) mostra que não faz sentido a dicotomia, como não faz sentido perguntar quanto o músico e quanto a flauta contribuem para a música, já que a música vem dos dois. Ou, para usar a metáfora de Varela, Thompson e Rosch (2001, p.37), natureza e cultura “poderão ser comparadas a duas pernas sem as quais não podemos andar”. A teoria da evolução de Darwin (2008), apesar das críticas ou

da possível incoerência, está assentada nessa relação, ao mostrar que a genética das espécies se modifica conforme o ambiente.

Para Dehaene (2012), o velho antagonismo entre inato e adquirido é uma armadilha, uma vez que a própria aprendizagem repousa sobre uma maquinaria inata e rígida. Para ele, a natureza humana tem limites, sendo a aprendizagem limitada, não aceitando “[...] a imagem de um cérebro virgem, infinitamente maleável que se contentaria em absorver os dados de seu ambiente cultural. Com toda evidência, o adquirido se apoia no inato.” (DEHAENE, 2012, p.19-20). Analisando o processo da leitura pelo cérebro, o autor defende a hipótese da “reciclagem neuronal”, mostrando, com base na teoria evolucionista que compara o cérebro do homem com o de outros primatas, que o homem não possuía a capacidade de leitura. O que houve foi uma adaptação do cérebro. É a plasticidade sináptica que autoriza uma reconversão parcial da arquitetura do córtex visual dos primatas ao caso particular colocado pelo reconhecimento das letras e das palavras.

Apesar dessas polêmicas (inato *vs* adquirido, mente *vs* corpo), as ciências cognitivas reconhecem o papel conjunto da natureza e da cultura na percepção, pois o espírito (a consciência) não se constrói a partir de cima (idealismo), mas a partir de baixo (relacionado com o corpo). “A consciência requer um corpo e uma mente em conjunto [...]: talvez a consciência seja primeiramente sensoria; talvez seja primeiramente mental.” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2001, p.155).

Por muito tempo houve a oposição entre biológico e cultural, natureza e cultura, mas o papel da neurociência contemporânea tem sido demonstrar “[...] que no homem, o cultural não pode ser pensado sem o biológico e que o cerebral não existe sem uma impregnação poderosa do ambiente.” (CHANGEUX, 2012, p.9).

Após discorrer sobre as ciências cognitivas, é necessário observar as influências delas sobre a linguística cognitiva, sobretudo o conceito de categorização, que será importante na semiótica cognitiva.

## **Linguística cognitiva**

Nos anos 70, as ciências cognitivas consideraram o espírito como uma máquina computacional. Assim, a cognição seria um processo que funcionaria semelhante a uma máquina programada para receber e produzir informação de maneira biologicamente determinada. Como uma forma de encontrar outras alternativas para esse paradigma da mente como uma máquina, surgem teóricos da linguística cognitiva (LC).

Atualmente, como a linguística se vale das contribuições das ciências cognitivas, é cada vez mais comum ouvirmos expressões como “linguística cognitiva”, “gramática cognitiva”, “semântica cognitiva”, “semiótica cognitiva”. Ocupando-se dos princípios básicos da construção do significado, a LC defende a ideia de que o sentido é construído cognitivamente, daí a razão pela qual coloca em correspondência linguagem e operações cognitivas, considerando as operações mentais subjacentes ao uso da linguagem. De fato, uma parte importante dos trabalhos da LC se refere à dimensão semântica da linguagem, por isso às vezes a LC é chamada “semântica cognitiva”.

Talvez por conta de seu duplo objeto (linguagem e cognição), de caráter complexo e interdisciplinar, a LC ainda permanece dispersa, carecendo de uma real unificação de seus resultados. “Mais que um real modelo articulado, ela constitui uma corrente que agrupa um conjunto de trabalhos em perspectivas e postulados comuns.” (GUIGNARD, 2012, p.62-63, tradução nossa). Pela sua pluralidade, a LC deve responder às exigências complexas da linguagem, da cognição e dos fenômenos categoriais (GUIGNARD, 2012).

Embora a iniciativa que colocaria a Linguística entre as ciências cognitivas tenha como marco a obra do norte-americano Noam Chomsky (ROSA, 2010), a LC estabelece-se nos anos de 1980 nos EUA como uma reação à gramática gerativa, adotada por um grupo de estudiosos insatisfeitos com a semântica chomskyana: George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore, Gilles Fauconnier.

Ainda que esses autores tenham rompido com a perspectiva gerativa, eles continuam com um compromisso cognitivo. Enquanto a teoria gerativa propunha o módulo cognitivo da linguagem independentemente de outros módulos cognitivos (como raciocínio matemático, percepção, etc.), a LC “[...] adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual.” (FERRARI, 2011, p.14).

O que a perspectiva não modular nos diz é que “[...] a linguagem não é uma faculdade autônoma em relação às outras faculdades humanas como a visão, a audição, a memória, a capacidade de pensar e de se emocionar.” (ABREU, 2010, p.9-10). A linguagem é, antes, um sistema complexo e integrado.

Substituindo a perspectiva não modular pela perspectiva integradora, a cognição passa a ser enraizada nas experiências sensorio-motoras e corporais. Daí a importância do corpo, essa instância proprioceptiva com a qual se ocupa a semiótica sensível. Por conta dessa ancoragem empirista e corporal, a LC está diretamente ligada ao estudo da percepção, “o lado mais ontológico e também

psicológico da semiótica” (SANTAELLA, 1993, p.16), pela ponte que estabelece entre linguagem, cérebro e o mundo natural.

**Grosso modo**, a LC parte da hipótese geral de que a linguagem se constitui a partir da capacidade cognitiva do ser humano. Com tal proposta, a LC trabalha, em geral, com os seguintes temas: categorização, teoria dos protótipos, linguagem corporificada, esquemas imagéticos, metáfora, metonímia, iconicidade, *frames*, *scripts*, *blending*, redes de integração, teoria dos espaços mentais, etc. A seguir, vamos destacar apenas um desses temas: categorização.

A categorização é um dos tópicos mais importantes da LC. Para Guignard (2012), o fenômeno de categorização ocupa um papel de interface entre linguagem e cognição. Categorizar é o processo pelo qual agrupamos entidades (no sentido lato do termo, incluindo objetos, animais, pessoas, etc.) em dadas categorias. Categorizar equivale a classificar. Assim, quando nos deparamos com algo já o enquadramos numa categoria. Ao ouvir uma música, por exemplo, categorizamos-la como rock, música clássica, samba, etc. Como observa Klinkenberg (2000), categorizar é próprio dos procedimentos científicos, que distinguem, por exemplo, viventes e não viventes; nos viventes, distingue animais e vegetais, etc.

As categorias podem ser divididas em dois grupos: categorias conceptuais e categorias linguísticas (DELBECQUE, 2008). As categorias conceptuais, que nos interessa maiormente na semiótica cognitiva, provêm da ideia de “conceito”, uma espécie de noção que temos da realidade fictícia ou real. Cada um e cada cultura perceberá peculiarmente essa realidade, construindo, em função da experiência sensível, conceitos e denominações distintas, pois “[...] uma mesma realidade pode receber nomes diferentes, conforme o ponto de vista priorizado na representação.” (BORBA, 2006, p.83).

Exemplo de denominação: o conceito de “ferradura” nas línguas (DELBECQUE, 2008, p.33): “*fer à cheval*” (francês): “ferro de cavalo”; “*horseshoe*” (inglês): “sapato de cavalo”; “*hufeisen*” (alemão): “ferro de casco”. Em francês e em inglês, o instrumento de proteção está ligado ao cavalo inteiro; em alemão, essa ligação é feita com parte do corpo. Francês e alemão destacam matéria de que é feito o instrumento; inglês, a função protetora.

Com esses exemplos, deduzimos que a categorização está ligada à cultura, pois cada comunidade apresenta categorizações diferentes, cada cultura tem uma maneira peculiar de representar ou de interpretar a realidade extralinguística. “Parece substancialmente provada a tese de que a visualização da realidade se dá, em grande parte, através de uma perspectiva que nos é proporcionada pelo grupo social no qual estamos inseridos.” (PENNA, 1982, p.169). Assim, “todo ato perceptivo é um empreendimento social” (PENNA, 1982, p.39), uma vez que ocorre dentro de modelos construídos culturalmente.

Lévi-Strauss (1997), n' *O pensamento selvagem*, mais especificamente no capítulo "A lógica das classificações totêmicas", discorrendo sobre a taxonomia indígena altamente avançada, dotada de grande minúcia e precisão, mostra o quanto é difícil tratar da categorização: "A verdade é que *o princípio de uma classificação nunca se postula*, somente a pesquisa etnográfica, ou seja, a experiência, pode apreendê-lo *a posteriori*" (LÉVI-STRAUSS, p.75, grifo do autor). Ainda de acordo com o autor, a categorização, como sistemas conceituais que constituem meios de pensar, envolve dois tipos de dificuldades: (i) extrínsecas: não conhecemos as observações – reais ou imaginárias – dos fatos ou dos princípios que inspiram as classificações; (ii) intrínseca: a natureza polivalente de lógicas que apelam simultaneamente para vários tipos e formas de ligação. Um nome de planta, por exemplo, pode ser originário da forma da folha, da cor, do *habitat*, do tamanho, da dimensão, do sabor, do cheiro, etc. Ou seja, lógicas trabalham simultaneamente.

Quando as categorias conceituais são inscritas na língua, tornam-se "categorias linguísticas". Podemos citar como exemplo de categorias linguísticas as categorias gramaticais: número, gênero, grau, tempo, etc. As classes de palavras (adjetivo, substantivo, verbo, etc.) também seriam outro exemplo.

Klinkenberg (2010) considera a categorização um conceito-chave na semiótica cognitiva, ao colocá-lo como sinônimo de significação (sentido articulado). Categorizar seria uma forma de tornar o descontínuo num contínuo. "Nossa finitude, face a um mundo infinito, nos obriga a tomar esse mundo finito, a fim de poder o manipular. E essa simplificação é a categorização [...], como simplificação permitindo a manipulação [...]" (KLINKENBERG, 2010, p.198, tradução nossa).

Embora a categorização possa nos ajudar na mecânica da atividade cognitiva, é preciso ter o cuidado de não fazer das categorias uma referência estanque. Já vimos a insuficiência do descontínuo (ou do discreto) quando da reformulação do quadrado semiótico. A semiótica tensiva, dando prosseguimento às discussões levantadas pelo estudo das paixões, representou uma abertura para as questões relacionadas à participação dos elementos contínuos na construção do sentido, incorporando gradações.

No quadrado semiótico, há uma semântica, primeiramente, binária formada nas relações de contrariedade, contradição e implicação. No nível discursivo, porém, há uma semântica complexa, com muitos valores. Na comparação desses dois níveis, fica fácil entender por que um texto traz possibilidades semânticas gradativas. Enquanto a abordagem intensiva traz a oposição "quente vs frio" (termos opostos em extremidades), o modelo extensivo traz termos gradativos: quente / morno / fresco / frio / glacial. Ou seja, muitas posições intermediárias. Talvez essa passagem do descontínuo ao contínuo possa nos ajudar nas futuras abordagens.

## Semiótica cognitiva

A expressão “semiótica cognitiva” nos induz a pensar no conceito de “cognição”. Aqui estamos diante de um problema, porque – ironizando a própria questão na qual se envolve nossa discussão – tudo é uma questão de percepção!

Como dito anteriormente, “cognição” (do latim *cognoscere*, conhecer) diz respeito ao conhecimento. Apesar da simplicidade da definição, a palavra “cognição” é bastante complexa, envolve escolas e pontos de vista. Em certas circunstâncias, é difícil diferenciar cognição, consciência e percepção.

No contexto pedagógico, por exemplo, “cognitivo” equivale a “intelectual”, em oposição a “afetivo”. A mesma definição segue a semiótica. Greimas (2002, p.70) considera “cognitivo” em oposição a “afetivo”. Beividas (2000) relaciona como similares os pares sensível *versus* inteligível, afetividade *versus* cognição, sentir *versus* compreender. Petitot (1997) se refere à significação cognitiva como significação inteligível. Greimas (2000, p.374, tradução nossa), aliás, já se referia a essa dicotomia em “*L’actualité du saussurisme*” (GREIMAS, 1956) como “ordem pensada” (inteligível) e “ordem vivida” (sensível).

No caso da semiótica cognitiva, como atualmente vem sendo exigido dela na construção do sentido, essas oposições não se sustentam. Primeiro, porque em nosso cérebro só há duas entradas (VINCENT, 2010): a nervosa e a humoral. Nervosa referente aos estímulos recebidos dos órgãos receptores; humoral referente ao humor (“timia”, ou “sentir”, jargão psiquiátrico adotado pela semiótica), que regula nossas emoções.

Ambas, nervosa e humoral, regulam nossa maneira de ser, nosso “estado central flutuante” (VINCENT, 2010, p.39-40), caracterizado por três dimensões: corporal (carne); extracorporal (o mundo próprio do indivíduo) e temporal (traços acumulados ao longo de todo o desenvolvimento do indivíduo, do nascer ao morrer). Segundo, no complexo psicofísico da percepção (estímulos nervosos, memória, emoção, etc.) estão envolvidos razão e afeto, sensível e inteligível. Portanto, seria mais coerente considerar “cognição” não em meio a oposições, mas como uma expressão englobante. Como afirma Abreu (2010, p.9), “[...] cognição humana engloba a linguagem, a memória, o raciocínio lógico, as emoções e a motivação.” Assim, cognição seria sinônimo de percepção. Daí a razão pela qual a “semiótica cognitiva” também poderia se chamar “semiótica perceptiva”, como o faz Jimenez (2002, p.128), igualando os dois adjetivos, ao referir-se à representação como resultado de um “processo cognitivo ou perceptivo”.

Mas a grande incógnita que provoca a semiótica cognitiva é a questão apontada por Gibson (1950) como o problema fundamental da percepção: como ocorre a síntese da percepção, ou em termos semióticos, como se constrói o

sentido? Klinkenberg (2010, p.189, tradução nossa) faz a mesma pergunta: “qual o vínculo misterioso que se estabelece entre um sentido que parece não ter fundamento físico e os estímulos físicos provenientes do mundo exterior, estímulos que, como tais, não parecem ser revestidos de sentido?”

Para responder a essas questões devemos partir do pressuposto de que a percepção é um complexo de origens físicas ou anatômicas, fisiológicas, psicológicas, sociais e culturais. Diante dessa complexidade, a solução para encontrar respostas é imiscuir-se na interdisciplinaridade.

A proposta da semiótica cognitiva não é render-se, como critica Beividas (1996), ao fascínio das disciplinas naturais que aparentam estar próximas da explicação dos fenômenos do sentido pelas modificações sinápticas. Concordar com a hipótese da neurociência de que a matéria exerce grande influência sobre o espírito não é o mesmo que dizer que bastam dois neurônios e uma sinapse para formar um espírito. As ciências cognitivas estão cientes de que não é tão simples tornar a opaca caixa-preta da cognição uma caixa de vidro em que é possível claramente ver rodagens e engrenagens, para usar metáfora de Ganascia (1999). Os neurocientistas não sabem com exatidão quantos níveis estão envolvidos nos processos mentais, talvez os “[...] níveis moleculares, níveis celulares, níveis orgânicos (o ser como um todo) e transorgânicos (isto é, comunicação que pode ser de vários tipos).”, como sugere Edelman (1995, p.22). Como fica nítida nessa passagem, a neurociência não nega a importância do ambiente na formação de nossa consciência, uma consciência social. A importância do meio social é o que tenta mostrar Gazzaniga (1995, p.10) na sua obra *O cérebro social*: “Metaforicamente falando, nós, seres humanos, somos mais propriamente uma entidade sociológica do que uma singular entidade psicológica unificada. Possuímos um cérebro social.” A ideia de que a mente é uma construção social é verdadeira “[...] porque os nossos conceitos surgem a partir do nosso discurso e moldam o modo como pensamos.” (HARRÉ; GILLET, 1999, p.26).

A chave de acesso a fenômenos da mente ainda é um desafio. Como enfatiza Edelman (1995), em virtude das complexidades que envolvem o ser humano (mentais, históricas, sociais, etc.), o conhecimento humano não pode ser completamente redutível a qualquer descrição. O que são possíveis são apenas pressupostos para essa descrição.

O primeiro passo já foi dado pela semiótica sensível ao atribuir ao corpo importância precípua na descrição do sentido. Com esse reconhecimento, naturalmente os estudos semióticos “convidam” à explicação neurofisiológica do consenso monista, vetorizado do corpo à mente ou dos “processos *bottom-up* aos processos *top-down*” (SCHIFFMAN, 2005, 114-115).



Não se trata de passar de uma “lógica do sentido” para uma “biologia do sentido”, mas tentar conciliar as duas abordagens, como o faz as ciências cognitivas (linguística, sociologia, psicologia, neurobiologia, enfim, ciências humanas e ciências naturais), para semiotizar a percepção. Não podemos repetir o extremismo que caracterizou as dicotomias “mente-cérebro” e “inato-adquirido”. O que devemos, seguindo os princípios da diplomacia (HAAG, 2012), é transformar nossas fronteiras de clássicas fronteiras-separação em modernas fronteiras-cooperação.

A interdisciplinaridade é própria da semiótica. É claro que sua origem é marcada pelo seu enraizamento na linguística: Saussure, Brondal, Ternière, Trubetzkoy, Jakobson, Martinet, Benveniste e, sobretudo, Hjelmslev. Como diz Zilberberg (2011, p.95), “[...] por mais amplas que sejam as inflexões ocorridas, a epistemologia da semiótica greimasiana permanece, em grande medida, devedora do ensinamento de Hjelmslev.” A semiótica se vale “do pensamento *fundador* de Saussure e o pensamento *ordenador* de Hjelmslev” (ZILBERBERG, 2006, p.19, grifo do autor). Mas em seu percurso, a genealogia extensa, recebendo contribuições da antropologia (Lévi-Strauss, Propp, Dumézil), da filosofia (Husserl, Merleau-Ponty) e também de obras artísticas e literárias, como relata Tatit (2010), referindo-se às relações entre Jacques Fontanille e Marcel Proust, entre Zilberberg e as reflexões artísticas de Paul Valéry e entre Ignácio Assis Silva e Pablo Picasso e René Magritte para estudar as metamorfoses previstas nas figuras.

Por que razão a semiótica se vale tanto da interdisciplinaridade? Por ser o “manjar da nova cultura universitária”, como dizia Barthes (1984, p.131)? Talvez seja porque a semiótica não tenha um objeto que lhe seja próprio, investigando, em vez disso, áreas do conhecimento em busca de clareza e consistência. Nessa busca por aquilo que a desafia, o sentido, mais uma vez a semiótica se inspira em Saussure, que inaugura uma linguística contemporânea não mais centrada no objeto, mas no ponto de vista sobre ele.

Claro que nossa intenção aqui, ao defender a interdisciplinaridade, não é transformar a semiótica num “*Jack of all trades*” das ciências, e sim buscar disciplinas “que permitam preencher lacunas incômodas e avançar em direção à descoberta” (PAIS, 1976, p.VII-VIII), afinal, “a convivência interdisciplinar não é um charme de boa vizinhança, mas condição de sobrevivência das teorias” (BEIVIDAS, 2002, p.16). Ora, não se trata de soltar as rédeas, não significa que transformaremos as ciências humanas numa ciência biológica. O caminho proposto não é introduzir o complexo psicofísico das ciências cognitivas na semiótica, mas antes o contrário, a semiótica nas ciências naturais para dar uma contribuição especificamente linguística a um domínio que não é nosso. Como sugere o próprio Greimas (1995, p.123), seria salutar a “injeção metodológica” das ciências da linguagem “[...] em domínios onde o seu papel

permanece inexistente, desconhecido ou sub-avaliado.” Ele inclusive cita, como exemplo, a contribuição que a semiótica poderia dar às pesquisas em inteligência artificial.

Assim, no lugar de uma interdisciplinaridade concebida como mera justaposição, a meta é abordar problemáticas comuns – afinal, a percepção não é um problema só da neurociência, mas também da semiótica na medida em que interfere na construção do sentido – por meio de um instrumento metodológico coordenador: a semiótica.

Por isso, olhar com outras lentes as “ontologias regionais” (BEIVIDAS, 2000, p.35) recortadas pelas disciplinas não significa abandonar a origem linguística. Para evitar o risco do amadorismo, a solução é tomar a semiótica como instrumento metodológico coordenador, como sugere Greimas (1995), e permanecer restrito ao papel de “escrutador da linguagem” (LAPAIRE, 2008, p.10). Como afirma Pais (2000), toda pesquisa inter ou multidisciplinar compreende uma ou duas disciplinas dominantes que definem o ponto de vista de que parte. No caso da semiótica cognitiva, envolvida com a complexidade da percepção, a dominante será a linguística. Por isso, é preciso conservar os conceitos e métodos semióticos e tomar a estrutura da língua como ponto de partida dos raciocínios sobre outros domínios. É o que procuraremos adotar ao propor uma semiose da percepção, como veremos à frente.

### Semiotizando a percepção

Para aplicar os princípios da semiótica ao estudo da percepção, propomos, no Quadro 1, como método norteador o esquema da semiose da percepção.

**Quadro 1** – Esquema da semiose da percepção

PE						PC = percepção
Texto (exteroceptivo)		Sensação (proprioceptivo)		Representação mental (interoceptivo)		
PE	PC	PE	PC	PE	PC	

**Fonte:** Elaboração própria.

Tal esquema se baseia no conceito hjelmsleviano (HJELMSLEV, 1975, p.121) de “semiótica conotativa”, um signo complexo que surge a partir de uma semiótica denotativa (junção de expressão e conteúdo) que se torna em sua totalidade o PE de uma nova semiótica, com novo PC. “Diremos, pois, que um sistema conotado é um sistema cujo plano de expressão é, ele próprio, constituído por um sistema de significação.” (BARTHES, 1975, p.95).

## Quadro 2 – Esquema da conotação

Significante		Significado
Significante	Significado	

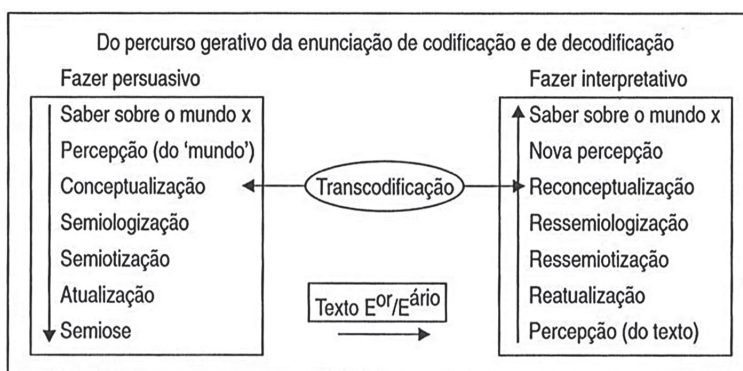
**Fonte:** Elaboração própria.

Ainda que o estudo da percepção, como observamos anteriormente, envolva os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito, ou seja, a interface entre língua, sujeito, sociedade, cultura e história, partimos de um esquema semiótico para, guiado pela imanência, tratar da transcendência, afinal

[...] a teoria linguística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso [...], mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem e, através dela, a atingir o domínio do saber humano em sua totalidade. (HJELMSLEV, 1975, p.133).

O esquema proposto também é baseado no “Percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação” de Pais (2000, p.28), mais especificamente no percurso do fazer interpretativo do enunciatário (Figura 1):

**Figura 1** – Percurso gerativo da enunciação enunciador-enunciatário



**Fonte:** Pais (2000, p.28).

Podemos simplificar esse percurso, reformulando-o da seguinte forma:

- (i) percurso do enunciador: *episteme* (conjunto de percepções), percepção e texto (semiose);
- (ii) percurso do enunciatário: texto (semiose), percepção e *episteme* (conjunto de percepções).

O modelo de Pais (2000) nos ajuda a entender o quanto a linguagem se estabelece num funcionamento cíclico. O texto forma a percepção e esta, por sua vez, o texto. Como diz Gregolin et al. (2001, p.65), “[...] o autor é sempre um leitor que se apropria de textos para compor um novo texto.” Essa é a razão pela qual, numa abordagem enunciativa, é possível construir tanto as imagens do enunciador e do enunciatário do texto, uma vez que, possuindo o texto um caráter significativo e comunicativo, “não se pode falar em significação se ela não é decorrente de uma interlocução”, pois um texto “[...] só adquire sentido na medida em que é dirigido a um outro sujeito que, pelo fato de ser o destinatário da mensagem, nele interfere.” (CORTINA, 2006, p.27). Como diz Bakhtin (1992, p.113), “[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém.”

O esquema da semiose da percepção aqui proposto é uma tentativa de esboçar uma possível arquitetura global da cognição, descrevendo a percepção como o conteúdo sincrético resultante das instâncias exteroceptiva, propioceptiva e interoceptiva. Todas essas instâncias se inter-relacionam para gerar uma percepção. Assim, o sentido é fruto de um sincretismo perceptivo: propriedades físicas (som, imagem, texto, cheiro), memória, etc.

Anteriormente, usamos a tríade exteroceptivo-proprioceptivo-interoceptivo para nos referir às três macrofases (ou abordagens) da semiótica. Valemo-nos, agora, da mesma tríade não mais para empregá-la na descrição de fases históricas ou metodológicas, mas para incluí-la como instâncias da semiotização do sistema perceptivo.

- (i) Plano da expressão:
  - instância exteroceptiva: texto
  - instância propioceptiva: sensação
  - instância interoceptiva: representação mental
- (ii) Plano do conteúdo sincrético:
  - síntese (multimídia ou sincrética) da percepção

A primeira instância (exteroceptiva), tomando o texto como ponto de partida, seria a “provocadora” de toda atividade cognitiva. Lembrando que para a semiótica o texto, resultado da união entre PE e PC, “[...] não se refere apenas a textos linguísticos, como se costuma pensar, mas a tudo que for *tecido* por um conjunto de leis (a explicitar em cada caso) e materializado numa ordem sensitiva qualquer (visual, auditiva, tátil...).” (TATIT, 2011, p.132, grifo do autor). A instância da sensação (proprioceptiva), por meio do corpo, seria a responsável em promover a ponte entre o exteroceptivo e o interoceptivo: o sentido procede dos sentidos. Não é nenhuma novidade hoje em semiótica a importância do

corpo na apreensão do sentido, pois desde “Semiótica das paixões” (lançado em 1991) que se destaca a mediação do corpo no sentido. É o corpo que “[...] torna o sensível sentido, [...] que nos dá a certeza imediata de nossa existência no mundo.” (DORRA, 1997, p.187, tradução nossa). Mas o problema é que tal abordagem ainda é insuficiente, afinal, aborda o sensível de forma periférica (mais ligado às sensações), quando na verdade para compreender plenamente a construção desse sentido dependemos do domínio cognitivo. Daí a necessidade de avançarmos em direção ao sistema central: a instância interoceptiva. Como diz Klinkenberg (2010, p.189-190, tradução nossa), “a tese da semiótica cognitiva é que sentido e cognição estão estreitamente ligados”. A síntese perceptiva, diretamente ligada à categorização, é o descontínuo extraído do contínuo, é formada pela reunião da totalidade das instâncias: (i) texto (informações provenientes dos receptores periféricos; (ii) sensação (apreende o texto e o converte em estímulos); (iii) representação mental (memória, experiências, emoção, razão).

O conceito de “representação mental” serve para excluir qualquer tipo de hipótese de que a atividade cognitiva é o resultado de uma mera decodificação de estímulos físicos, tratando a mente de forma estática, destituída de qualquer vínculo histórico com seu próprio passado, pacientemente à espera de novo estímulo físico, proveniente do mundo exterior, para decodificar a informação. Pelo contrário, a cognição, mesmo diante de um estímulo sensorial primário, envolve a combinação de vários fatores (NICOLELIS, 2011), daí a razão pela qual a caracterizamos como sincrética:

- (i) estado dinâmico interno do cérebro no momento do encontro com novo estímulo;
- (ii) história evolutiva e perceptual acumulada que resume os múltiplos encontros prévios do sistema nervoso com estímulos semelhantes e distintos;
- (iii) habilidade adaptativa do cérebro, que lhe permite modificar suas expectativas internas a partir do encontro com uma nova experiência perceptual;
- (iv) valor emocional associado ao estímulo.

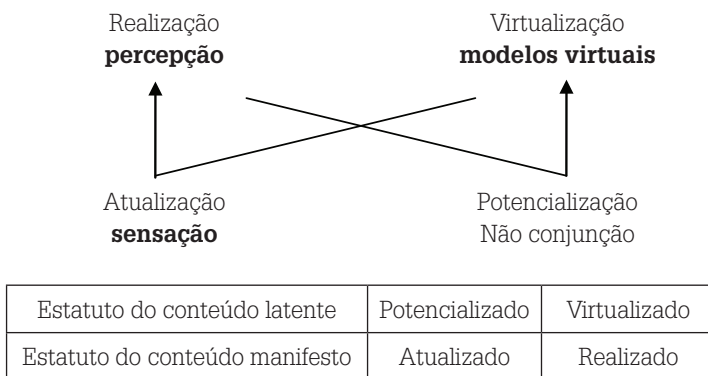
É por essa razão que, com base nas três instâncias, podemos dizer que o sentido (percepção ou categorização) de um texto é regido e influenciado por três fatores:

- (i) sensação: a percepção varia segundo os aparelhos sensoriais.
- (ii) representação mental: aqui estaríamos perto daquilo que Klinkenberg (2010, p.200) chama ideologia, “[...] uma categorização útil a um certo grupo social, e que esse grupo tenta impor a toda comunidade semiótica em função de seus próprios interesses.”

(iii) atenção ou interesse: atuando como o gerenciador central, a atenção promove uma seleção daquilo que nossos sentidos recebem. “A capacidade atencional permite que o ser humano mantenha presente (na consciência) o objetivo, os dados necessários e as estratégias do processamento para alcançar o objetivo final.” (JOU, 2001, p.22). A atenção seria um mecanismo cognitivo controlador de outros mecanismos. Durante nosso estado de consciência, algo domina: é nossa “consciência focal” (FIUZA, 2011, p.142), coordenada pela atenção. Há dois tipos de atenção (FIUZA, 2011): (a) atenção automática: o que salta à vista, algo novo que surge (por exemplo, um bicho correndo na rua, a sirene do bombeiro); (b) atenção voluntária: quando buscamos, por exemplo, um objeto no meio de tantos outros, um mecanismo de busca, etc.

Esses fatores que influenciam a percepção nos ajudam a entender o ciclo da percepção, a exemplo do que mostra o “Percurso gerativo da enunciação de codificação e de decodificação.” de Pais (2000, p.28) em relação ao funcionamento cíclico da linguagem. A percepção é uma atualização do sentido, é uma reconstrução do sentido. Se a percepção é percepção da percepção, são nossas experiências sensoriais que alimentam e modificam (atualizam) nossas representações mentais. Assim, percepção é a passagem de um estado de virtualização (representações mentais), passando pela atualização (sensação), até chegar à realização (percepção).

**Figura 2 – Modos de existência**



**Fonte:** Elaboração própria.

O que os estudos da percepção tentam mostrar é que o sentido não se constitui apenas da transmissão de impulsos nervosos pelo sistema sensorial a regiões específicas do cérebro. Há muito a ser descoberto! O estudo da percepção parece nos deixar de mãos vazias, como se tudo que tentamos agarrar se desliza por entre os dedos, deixando-nos com a impressão de que não há nada a agarrar. Então, ressurgem a questão: como estudar a percepção?

Podemos comparar o problema desse “espectro” com a enunciação. A enunciação, um complexo psicológico-social-histórico-linguístico, sendo, na perspectiva da semiótica, uma realidade pressuposta, só pode ser acessada pelo enunciado. Da mesma forma, o complexo da percepção só pode ser acessado pelo texto (“tábua”, onde ficam gravadas nossas experiências) e pelas sensações que o apreendem.

A semiótica ficou por muito tempo na “significação primária” (sentido textual), uma descrição de natureza universal e formulada em padrões algorítmicos. Até o nível intertextual, ela consegue oferecer instrumentos eficazes (Percurso Gerativo para o nível textual; níveis de pertinência do PE de Fontanille (2011) e teoria dos interpretantes de Edward Lopes). Porém, se até o nível intertextual foi possível fazer “cálculos”, o grande problema é o sentido perceptivo, as “significações secundárias” a que se refere Courtés (1995, p.144), já apontado por Gibson (1950) sobre a síntese da percepção. Há procedimentos e esquemas, mas tudo de forma um tanto dispersa. Talvez esse seja o grande desafio hoje da semiótica.

Nessa escala ascendente de liberdade, nos termos de Jakobson (1973), do sentido lexical ao perceptivo, há uma diminuição das possibilidades de formalização do significado. Em todos os níveis estão presentes as dimensões do sistema, do sujeito e da história, os três lugares do sentido referidos por Mari (2008), mas nos níveis mais elevados a incidência dessas dimensões é mais direta, daí a dificuldade de sistematização.

Assim, no nível perceptivo, todos os demais níveis estão pressupostos, afinal, a cognição pressupõe um ser falante, social, cultural, histórico. Da mesma forma que um ginasta reúne várias habilidades (força, flexibilidade, coordenação motora, estado mental, etc.), um texto é composto de vários elementos: sistema, sujeito, história, cultura, uma vez que “o material de uma obra não é a obra” (FLOCH, 2004, p.154, tradução nossa), mas toda sua complexidade envolvida.

Achar uma fórmula para sistematizar o nível perceptivo é o mesmo que encontrar uma solução para acabar com a crise mundial. Nossa proposta não é essa. Temos consciência de nossas limitações.

## **Considerações finais**

Creemos que, na semiótica sensível, o problema da percepção, referido por Gibson<sup>5</sup>, constitui uma grande questão a ser resolvida pela semiótica.

---

<sup>5</sup> “Se tudo o que percebemos nos chega mediante a estimulação dos nossos órgãos sensoriais, e se, apesar disso, certas coisas não têm contraparte na estimulação, é necessário assumir que estas últimas são, de algum modo, sintetizadas. Como essa síntese ocorre é o problema da percepção.” (GIBSON, 1950, p.24, tradução nossa).

O cientista é assim levado, naturalmente, a dedicar-se aos projetos interdisciplinares, terreno a um tempo fértil e escorregadio, em que mal se delineiam as fronteiras – se é que na realidade existem –, buscando nas disciplinas afins a fundamentação epistemológica, a instrumentação metodológica e a complementação dos modelos, que permitem preencher lacunas incômodas e avançar em direção à descoberta. (PAIS, 1976, p.VII-VIII).

Haja vista o percurso teórico da semiótica, entremeada com a interdisciplinaridade, o excerto supracitado aponta um caminho para a resolução desse impasse. Esse caminho poderia estar na relação da semiótica com os estudos cognitivos. Sendo a semiótica o “farol das ciências”, parafraseando Bouquet (2009), deve ela se encarregar de tudo que toca à construção do sentido, intimamente ligado à percepção.

Por isso, nesta nossa pesquisa, em vez de ficarmos restritos ao relato dos desenvolvimentos daquilo que vem sendo chamado de “semiótica cognitiva” (que segue tendência de grande crescimento devido às influências das ciências cognitivas, uma preocupação atual), esboçamos uma forma preliminar de entender o problema da percepção sugerindo o “esquema da semiose da percepção”.

Inspirada na sugestão de Greimas – de introduzir a semiótica em outros domínios – e com base em algumas propostas especificamente semióticas que estudam a percepção (KLINKENBERG, 2000, 2010; PAIS, 2000; PETITOT, 1997; OUELLET, 1994, 1997), a semiótica cognitiva desponta, para tomar profeticamente as últimas palavras que Greimas empregou no prefácio de sua tese de doutorado em 1948, como “uma pedra à obra gigantesca que espera os futuros pesquisadores” (GREIMAS, 2000, p.8, tradução nossa).

SILVA, F. M. da. A proposal for the study of perception: around the cognitive semiotics. *Alfa*, São Paulo, v.59, n.3, p.471-500, 2015.

- *ABSTRACT: In five decades of scientific project, the French semiotics follows the path predicted by Hjelmlev (1975, p.132-133), enrolled in the last words of “Prolegômenos ...”: the transition from immanence to transcendence, both governed by immanence. Within its short history, there are three “approaches” in the development of their methodologies: intelligible, sensitive and cognitive. In the intelligible methodology, prevails the formalism of meaning generative trajectory; in the sensitive one, the incorporation of a body that feels; in the cognitive methodology, finally, there is the need to move from a flesh body to a cognitive body, introducing the cognitive activity of the individual in the apprehension of sense. Based on the theoretical tools of French semiotics and taking the nomenclature “cognitive semiotics”, used by some authors as Klinkenberg (2000, 2001, 2010), this paper aims to address the problem of perception, continuing with the discussions of sensitive semiotics to understand how the*



*meaning is constructed through the perspective of the cognitive approach. Thus, integrating the intelligible sensitive and cognitive approaches, it is proposed the "perception semiosis scheme" to understand the meaning construction process.*

- **KEYWORDS:** *Sensitive semiotics. Cognitive semiotics. Perception.*

## REFERÊNCIAS

AAMODT, S.; WANG, S. **Bem-vindo ao seu cérebro**. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiro. São Paulo: Cultrix, 2009.

ABREU, A. S. **Linguística cognitiva: uma visão geral e aplicada**. Cotia: Ateliê, 2010.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6.ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Fratesch Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Tradução de Isabel Pascoal. Lisboa: 70, 1984.

\_\_\_\_\_. **Elementos de semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. 4.ed. São Paulo: Cultrix, 1975.

BEIVIDAS, W. **Inconsciente et verbum: psicanálise, semiótica, ciência, estrutura**. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

\_\_\_\_\_. Semiótica e psicanálise: o gerativo e o genético. In: PINO, D. del (Org). **Semiótica: olhares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p.33-43.

\_\_\_\_\_. Do sentido ao corpo: semiótica e metapsicologia. In: SILVA, I. A. (Org). **Corpo e sentido: a escuta do sensível**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1996. p.119-133.

BEYAERT-GESLIN, A. La couleur, la profondeur, les sensations: quelques intérieurs de Matisse. In: HÉNAULT, A.; BEYAERT, A. (Éd.). **Ateliers de sémiotique visuelle**. Paris: PUF, 2004. p.209-224.

BORBA, F. S. Léxico e herança social. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. (Org). **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito**. Araraquara: Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p.81-96.

BOUQUET, S. De um pseudo-saussure aos textos saussurianos originais. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Vanice Maria de Oliveira Sargentini. **Letras & Letras**, Uberlândia, v.1, n.25, p.161-175, 2009.

BRODEN, T. F. Avant-dire: A. J. Greimas et la linguistique française. In: GREIMAS, A. J. **La mode en 1830: langage e société: écrits de jeunesse**. Paris: PUF, 2000. p.XXVII-XLIV.

CHANGEUX, J.-P. Prefácio. In: DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura:** como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução de Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012. p.9-14.

CORTINA, A. **Leitor contemporâneo:** os livros mais vendidos no Brasil de 1966 a 2004. 2006. 259f. Tese (Livre-docência em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

COURTÉS, J. **La sémiotique du langage.** Saint-Germain-du-Puy: Armand Colin, 2005.

\_\_\_\_\_. **Du lisible au visible:** analyse sémiotique d'une nouvelle de Maupassant, d'une bande dessinée de B. Rabier. Bruxelles: De Boeck Université, 1995.

CYRULNIK, B. **O nascimento do sentido.** Tradução de Ana Maria Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

DARWIN, C. **A origem das espécies.** Tradução de John Green. São Paulo: Claret, 2008.

DEHAENE, S. **Os neurônios da leitura:** como a ciência explica a nossa capacidade de ler. Tradução de Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.

DELBECQUE, N. **Linguística cognitiva:** compreender como funciona a linguagem. Tradução de Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

DORRA, R. Le soufflé et le sens. Traduit de l'espagnol par Eric Landowski. In: LANDOWSKI, E. (Dir.). **Lire Greimas.** Limoges: Pulim, 1997. p.185-201.

EDELMAN, G. M. **Mais vasta do que o céu:** o dom fenomenal da consciência. Tradução de Jorge Falcão Barbosa e Madalena Falcão Barbosa. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2005.

\_\_\_\_\_. **Biologia da consciência:** as raízes do pensamento. Tradução de Jorge Domingues Nogueira. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva.** São Paulo: Contexto, 2011.

FIORIN, J. L. Três questões sobre a relação entre expressão e conteúdo. **Itinerários,** Araraquara, nesp., p.77-89, 2003.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso.** 8.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto:** leitura e redação. 10.ed. São Paulo: Ática, 1995.

FIUZA, R. M. **A consciência:** uma viagem pelo cérebro. Rio de Janeiro: Di Livros, 2011.

FLOCH, J.-M. Quel est le statut énonciatif de la création artistique? et comment l'énoncer? In: HÉNAULT, A.; BEYAERT, A. (Éd.). **Ateliers de sémiotique visuelle**. Paris: PUF, 2004. p.153-169.

FONTANILLE, J. **Corps et sens**. Paris: PUF, 2011.

FONTANILLE, J.; ZINNA, A. (Dir.). **Les objets au quotidien**. Limoges: Pulim, 2005.

GANASCIA, J.-G. **As ciências cognitivas**. Tradução de Alexandre Emilio. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

GAZZANIGA, M. S. **O cérebro social**: à descoberta das redes do pensamento. Tradução de Maria João Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

GIBSON, J. J. **The perception of the visual world**. Boston: Houghton M. Company, 1950.

GREGOLIN, M. R. V. et al. (Org.). **Análise do discurso**: entornos do sentido. Araraquara: Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GREIMAS, A. J. **Da imperfeição**. Prefácio e tradução de Ana Claudia de Oliveira. Apresentações de Paolo Fabbri, Raúl Dorra, Eric Landowski. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. **La mode en 1830**. Préface de Michel Arrivé. Paris: PUF, 2000.

\_\_\_\_\_. Novos desenvolvimentos nas ciências da linguagem. In: OLIVEIRA, A. C.; LANDOWSKI, E. (Ed.). **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: EDUC, 1995. p.115-125.

\_\_\_\_\_. L'énonciation (une posture épistémologique). **Significação**: revista brasileira de semiótica, Ribeirão Preto, n.1, p.9-25, 1974.

\_\_\_\_\_. **Semântica estrutural**: pesquisa de método. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1973.

\_\_\_\_\_. Analyse du contenu: comment définir les indéfinis? (Essai de description sémantique). **Études de linguistique appliquée**, Paris, n.2, p.110-125, 1963.

\_\_\_\_\_. L'actualité du saussurisme (à l'occasion du 40<sup>e</sup> anniversaire de la publication du Cours de linguistique générale). **Le français moderne**, Paris, n.24, p.191-203, 1956.

GUIGNARD, J.-B. **Les grammaires cognitives**: une épistémologie. Toulouse: Press Universitaires du Mirail, 2012.

HAAG, C. Embaixadores do sertão. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n.195, p.84-87, jun. 2012.

HARRÉ, R.; GILLETT, G. **A mente discursiva**: os avanços na ciência cognitiva. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

HJELMSLEV, L. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1975.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1973.

JIMENEZ, M. **A psicologia da percepção**. Tradução de António Viegas. Lisboa: Piaget, 2002.

JOU, G. I. **As habilidades cognitivas na compreensão da leitura**: um processo de intervenção no contexto escolar. 2001. 202 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

KLINKENBERG, J.-M. La plasticité des catégories (1. Les catégories iconiques). In: COSTANTINI, M. (Dir.). **La sémiotique visuelle**: nouveaux paradigmes. Paris: L'Harmattan, 2010. p.189-204.

\_\_\_\_\_. Pour une sémiotique cognitive. **Linx**, Nanterre, n.44, p.133-147, 2001.

\_\_\_\_\_. **Précis de sémiotique générale**. 1<sup>re</sup> publication. Louvain-la-Neuve (Belgique): De Boeck Université, 2000.

LAPAIRE, J.-R. Prefácio. In: DELBECQUE, N. **Linguística cognitiva**. Tradução de Fernanda Oliveira. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. p.7-10.

LECOURT, D. Introdução. In: CYRULNIK, B. **O nascimento do sentido**. Tradução de Ana Maria Rabaça. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p.7-23.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução Tânia Pellegrini. 2.ed. Campinas: Papirus, 1997.

LOPES, I. C.; ALMEIDA, D. C. (Org.). **Semiótica da poesia**: exercícios práticos. São Paulo: Annablume, 2011.

MARI, H. **Os lugares do sentido**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MATORÉ, G. **La méthode en lexicologie**: domaine français. Paris: Didier, 1953.

NICOLELIS, M. **Muito além do nosso eu**: a nova neurociência que une cérebro e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OLIVEIRA, S. R. R. e. **Imagem também se lê**. São Paulo: Edições Rosari, 2009.

OUELLET, P. (Dir.). **Action, passion et cognition**: d'après A. J. Greimas. Québec: Nuit Blanche Éditeur; Limoges: PULim, 1997.

\_\_\_\_\_. La sémiotique cognitive: les sciences de l'esprit entre la nature et la culture. **Sémiotiques**, Paris, n.6-7, p.137-159, 1994.

PAIS, C. T. Semântica cognitiva, noêmica, semântica lexical e semiótica das culturas. In: PINO, D. del (Org.). **Semiótica: olhares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p.9-31.

\_\_\_\_\_. Monografias de semiótica e linguística. In: GREIMAS, A. J. **Semiótica do discurso científico e da modalidade**. Prefácio e tradução de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: DIFEL: SBPL, 1976. p.VII-IX.

PENNA, A. G. **Percepção e realidade**: introdução ao estudo da atividade perceptiva. 3.ed. Rio de Janeiro: Mercúrio Star, 1982.

PESSOA, F. **Livro do desassossego**: composto por Bernardo Soares. Organização de Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PETITOT, J. Sémiotique cognitive et phénoménologie de la perception: sens morphologique et sens herméneutique de la petite phrase de Vinteuil. In: OUELLET, P. (Dir.). **Action, passion et cognition**: d'après A. J. Greimas. Québec: Blanche; Limoges: PULim, 1997. p.129-152.

PIETROFORTE, A. V. **O discurso da poesia concreta**: uma abordagem semiótica. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

ROSA, M. C. **Introdução à (bio)linguística**: linguagem e mente. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTAELLA, L. **Percepção**: fenomenologia, ecologia, semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

\_\_\_\_\_. **A percepção**: uma teoria semiótica. São Paulo: Experimento, 1993.

SCHIFFMAN, H. R. **Sensação e percepção**. Tradução de Luís Antônio Fajardo Pontes e Stella Machado. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

TATIT, L. **Musicando a Semiótica**: ensaios. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2011.

\_\_\_\_\_. **Semiótica à luz de Guimarães Rosa**. São Paulo: Ateliê, 2010.

VARELA, F. J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **A mente corpórea**: ciência cognitiva e experiência humana. Tradução de Joaquim N. Gil e Jorge de Sousa. Lisboa: Piaget, 2001.

VINCENT, J.-D. **Viagem extraordinária ao centro do cérebro**. Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

ZILBERBERG, C. **Elementos de semiótica tensiva**. Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê, 2011.

\_\_\_\_\_. **Razão e poética do sentido.** Tradução de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: EDUSP, 2006.

Recebido em novembro de 2013.

Aprovado em fevereiro de 2014.